

Estruturas de sentimento e formações discursivas: aproximações possíveis

Lauren Steffen*
Flavi Ferreira Lisboa Filho**

Resumo

Neste artigo propõe-se reconhecer os pontos de aproximação entre os conceitos de estruturas de sentimento e formações discursivas à luz das perspectivas dos Estudos Culturais e da Análise de Discurso. Como resultado, tem-se a necessidade de aprofundar os conceitos dos Estudos Culturais e da Análise de Discurso a fim de compreender como os significados são produzidos discursivamente por meio da linguagem com base no repertório cultural dos sujeitos.

Palavras-chave: *Teorias da comunicação. Estruturas de sentimento. Formações discursivas.*

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (Linha Mídia e Identidades Contemporâneas) da UFSM-RS. Graduada em Comunicação Social pela UFRGS e em Letras – Português/Inglês – pela PUCRS.

Membro do GP Estudos Culturais e Audiovisualidades. E-mail: lauren.ssteffen@gmail.com.

** Doutor em Ciências da Comunicação (Linha Mídias e Processos Audiovisuais) pela Unisinos - RS. Professor Adjunto do Departamento de Ciências da Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM - RS. Pesquisador do GP Estudos Culturais e Audiovisualidades

Introdução

Neste artigo, apresenta-se uma reflexão teórica sobre os conceitos de estruturas de sentimento e formações discursivas à luz das perspectivas dos Estudos Culturais e da Análise de Discurso (AD). Tais áreas de estudo são entendidas como espaços híbridos de saberes complementares que informam os estudos do papel da linguagem nas representações de identidades culturais. Tais perspectivas buscam compreender as condições sociais e institucionais nas quais os sentidos são produzidos e recebidos. A linguagem é compreendida e analisada como um campo de conflito e negociação de formações sociais de poder e atravessadas por pressões sociais, culturais, políticas e econômicas.

Para tanto, neste artigo realiza-se, em sua primeira subseção, um tensionamento entre a cultura, a sociedade e os meios de comunicação com base nos Estudos Culturais, destacando o papel fundamental das representações sociais para a construção dos significados e das identidades. As estruturas de sentimento são desenvolvidas mediante a análise de suas características dominantes, residuais e emergentes, que permitem articular a experiência do indivíduo com as estruturas sociais. Na subseção seguinte, problematiza-se o campo da AD de linha francesa, descrevendo suas especificidades e estratégias. O conceito de formação discursiva, básica para a AD, é desenvolvido para entender as relações dos processos de produção de sentidos com a ideologia, possibilitando o estabelecimento de regularidades no funcionamento do discurso.

Estruturas de sentimento

Os Estudos Culturais são considerados uma perspectiva teórico-metodológica em que são analisadas as relações entre sociedade, práticas culturais e meios de comunicação de massa. O campo de estudos iniciou-se na Inglaterra, de forma organizada, a partir da criação do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) em 1964. O Centro surge ligado ao Departamento de Língua Inglesa da Universidade de Birmingham, constituindo-se em um centro de pesquisa de pós-graduação.

As origens dos Estudos Culturais remontam a três textos publicados no final da década de 1950: Richard Hoggart com *The uses of literacy* (1957), Raymond Williams com *Culture and society* (1958) e E. P. Thompson com *The making of the english working-class* (1963). Segundo Escosteguy (2010, p. 137), tal campo de estudo surge tanto sob o ponto de vista político quanto sob o teórico, já que pode ser identificado como “a política cultural dos vários movimentos sociais da época de seu surgimento”.

A constituição dos Estudos Culturais reflete a insatisfação com os limites de algumas disciplinas, propondo a interdisciplinaridade como forma de estudo das articulações culturais presentes na sociedade. Para Hall (2003), os Estudos Culturais são uma formação discursiva, pois abarcam discursos múltiplos e numerosas histórias distintas. Dessa forma, “compreendem um conjunto de formações, com as suas diferentes conjunturas e momentos no passado, marcadas pela instabilidade e pela grande diversidade de trajetórias”. (HALL, 2003, p. 189)

A multiplicidade de objetos de investigação e as variadas perspectivas dos autores impedem que os Estudos Culturais formem uma disciplina fechada. Pode-se dizer que se tornou um campo de análise de objetos que não são passíveis de estudo nas disciplinas clássicas. Nesse sentido, Hall (2003) afirma que os Estudos Culturais surgem como um rompimento de velhas correntes. Essas rupturas provocam uma mudança nas questões propostas, suas formas e suas possíveis respostas. Assim, “velhas correntes de pensamentos são rompidas, velhas constelações deslocadas, e elementos novos e velhos são reagrupados ao redor de uma nova gama de premissas e temas”. (HALL, 2003, p. 131)

Para entender as aplicações teórico-metodológicas do campo, torna-se fundamental analisar o conceito de cultura. De acordo com Williams (1992, p. 11), um dos fundadores dos Estudos Culturais, a cultura compreende sentidos diversos,

[...] desde um estado mental desenvolvido – como em ‘pessoa de cultura’, ‘pessoa culta’, passando pelos processos desse desenvolvimento – como em ‘interesses culturais’, ‘atividades culturais’, até os meios desses processos – como em cultura considerada como as artes e o trabalho intelectual do homem. Em nossa época é o sentido geral mais comum, embora todos eles sejam usuais. Ele coexiste com o uso antropológico e o amplo uso sociológico para indicar ‘modo de vida global’ de determinado povo ou de algum outro grupo social.

O foco de atenção dos Estudos Culturais recai sobre produtos culturais populares e massivos, que antes eram desprezados. Em tal ampliação do conceito de cultura considera-se a validade de todas as formas de expressão, superando a tradicional divisão entre alta e baixa cultura e tornando possível o desenvolvimento convergente desse conceito em uma abordagem crítica e interdisciplinar, ou seja,

[...] de textos e representações para as práticas vividas –, considera-se em foco toda a produção de sentido. O ponto de partida

é a atenção sobre as estruturas sociais (de poder) e o contexto histórico enquanto fatores essenciais para a compreensão da ação dos meios massivos, assim como o deslocamento do sentido da cultura da sua tradição elitista para as práticas cotidianas. (ESCOSTEGUY, 2010, p. 143)

A própria visão sobre os meios de comunicação de massa sofre um deslocamento profundo, já que eles não são vistos como meros reprodutores da estabilidade social, pois também se adaptam às pressões da sociedade, integrando-as ao próprio sistema cultural. Assim, o massivo deixa de ser o lugar da manipulação para transformar-se em lugar de negociação.

Schulman (2010) destaca o rompimento dos Estudos Culturais com as concepções passivas e indiferenciadas de público, partindo para a análise dos modos como as mensagens são codificadas pelos diferentes receptores, conforme o contexto social e político. O campo passa a defender que, no âmbito popular, não existe somente submissão, mas também há espaço para resistência e intervenção social.

O conceito de representação torna-se essencial para a compreensão da construção dos significados nos sistemas sociais, uma vez que é por meio da linguagem que os objetos do mundo são construídos. De acordo com Hall (2006), a cultura é um conjunto de sistemas classificatórios a que a língua recorre para dar significado aos objetos, diferenciando-os dos demais. Assim, o sentido é socialmente construído com base na linguagem e na representação, tendo como fundamento um sistema comum de classificação chamado “cultura”.

Para descrever a relação entre as experiências dos indivíduos e a estruturação social, como elementos constitutivos da cultura, Williams cunhou a expressão “estruturas de sentimento”, que pode ser compreendido como uma resposta às mudanças determinadas e ocorridas na organização social. Como proposição metodológica,

uma ‘estrutura de sentimento’ é uma hipótese cultural, derivada na prática de tentativas de compreender esses elementos e suas ligações, numa geração ou período, e que deve sempre retornar, interativamente, a essa evidência. (WILLIAMS, 1979, p. 135)

Segundo o autor, as estruturas de sentimento se referem às formações sociais já existentes na sociedade, relacionadas às vivências de determinado tempo e determinado lugar, ou seja, “a cultura de um período: o resultado vital e específico de todos os elementos da organização geral”

(WILLIAMS, 2003, p. 57, tradução nossa), ligadas às formações dominantes ou residuais e relacionadas com as formações emergentes, as novas práticas sociais vividas pelos indivíduos.

As características percebidas por meio das perspectivas dominante, residual e emergente servem para pensar os produtos midiáticos como frutos de uma prática social localizada no tempo e na história, uma vez que são atravessados por essas três instâncias. Dessa forma, há um ponto de encontro com a Análise de Discurso que busca encontrar as continuidades e os deslocamentos que atravessam os textos e que provêm de outros saberes já ditos em outros lugares e por outros sujeitos. A linguagem é, assim, percebida como um instrumento simbólico capaz de produzir sentidos, um processo que possibilita o deslocamento ou a manutenção de determinados aspectos da realidade. O discurso é visto como uma construção intersubjetiva, determinado pela história e pela ideologia.

Conforme aponta Moraes (2011), a perspectiva dominante corresponde ao modelo estabelecido e reconhecido pelos indivíduos. É o espaço das práticas legitimadas e consolidadas como referência em determinada cultura. A perspectiva residual compreende a busca pelos resquícios dos modelos estabelecidos no passado, podendo alternar-se, ou mesmo, opor-se ao dominante. Como afirma Williams (1979, p. 125), “o residual, por definição, foi efetivamente formado no passado, mas ainda está vivo no processo cultural, não só como elemento do passado, mas como elemento efetivo do presente”. Há, ainda, a perspectiva emergente, que contesta as práticas residuais e dominantes em razão do surgimento do novo. Nela, outros valores e ideias passam a se contrapor às práticas dominantes existentes, representando “áreas da experiência, aspiração e realização humanas que a cultura dominante negligencia, subvaloriza, opõe, reprime ou nem mesmo pode reconhecer”. (WILLIAMS, 1979, p. 127)

A caracterização das perspectivas dominante, residual e emergente se relaciona com o fato de que, para a Análise de Discurso, o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos (ORLANDI, 2009). Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa, assim, o retorno aos mesmos espaços do dizer. Relaciona-se com a ideia de estabilização, ao passo que, na polissemia, o que há é deslocamento, ruptura de processos de significação, relacionando-se intrinsecamente com o equívoco.

Essas formas trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo discurso se faz nessa tensão entre o mesmo e o diferente. Dessa forma, a incompletude é a condição da linguagem: nem os sentidos nem

os sujeitos estão prontos e acabados. Eles se constituem na relação tensa entre paráfrase e polissemia. Assim, “os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros, dependendo de como se inscrevem na história”. (ORLANDI, 2009, p. 37)

Formações discursivas

A análise de discurso (AD) procura compreender como a linguagem cria sentidos como trabalho simbólico constitutivo do homem e de sua história; entende a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade social. Segundo Orlandi (2009), essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a continuidade quanto o deslocamento do homem e da realidade em que ele vive.

O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. Essa ideia está associada ao fato de que a identidade se dá por meio de uma construção linguística, que se expressa pelo discurso. O conceito de representação, fundamental para os Estudos Culturais, também está atrelado às formas que o discurso encontra para organizar a linguagem e atribuir simbolicamente sentidos de realidade.

Para Pinto (2002, p. 28),

definir os discursos como práticas sociais implica que a linguagem verbal e outras semióticas com que se constroem os textos são partes integrantes do contexto sócio-histórico e não [...] de caráter puramente instrumental.

Essa perspectiva se relaciona com os Estudos Culturais, já que entende o discurso como um espaço de reprodução, manutenção e transformação das representações que as pessoas fazem, pois é por meio do texto que se travam as batalhas e se disputa a hegemonia do discurso.

De acordo com Orlandi (2009), esse método de pesquisa assume a linguagem como um instrumento simbólico repleto de possíveis equívocos, uma vez que não há neutralidade nem mesmo no uso aparentemente banal dos signos. O jornalismo busca empregar uma linguagem supostamente objetiva, o que, na perspectiva da AD, mostra-se uma utopia, pois não há garantia de que haja convergência de interpretação entre os interlocutores. O jornalista pode apenas direcionar o sentido do seu texto, mas não pode controlar sua compreensão. O jornalismo faz a mediação entre a realidade e a audiência por meio de discursos que são representações midiáticas da realidade.

Nesse sentido, Hall (2006, p. 376) argumenta que não existe uma necessária correspondência entre codificação e decodificação, uma vez que “a primeira pode tentar preferir, mas não pode prescrever ou garantir a segunda, que tem suas próprias condições de existência”. O autor prevê três posições hipotéticas de leitura: hegemônica-dominante, negociada e de oposição. Essas diferentes possibilidades de interpretação da mensagem comprovam que não há uma necessária correspondência entre a codificação e a decodificação, o que enfatiza a ideia do papel ativo do receptor na produção de sentidos. Assim, existe

uma posição ‘dominante’ ou ‘preferencial’ quando o sentido da mensagem é decodificado segundo as referências da sua construção; uma posição ‘negociada’ quando o sentido da mensagem entra ‘em negociação’ com as condições particulares dos receptores; e uma posição de ‘oposição’ quando o receptor entende a proposta dominante da mensagem mas a interpreta segundo uma estrutura de referência alternativa (ESCOSTEGUY, 1998, p. 92).

O jornalismo narra a sociedade para a própria sociedade, por meio de um texto construído com base em elementos exteriores ou anteriores, como a história, o senso comum e a cultura. A AD busca identificar onde esses elementos estão inseridos nessa linguagem, bem como mapear as vozes presentes no discurso jornalístico, que se diz polifônico, mas nem sempre possui enunciadores plurais que apresentam conhecimentos a partir de diversos pontos de vista: “[...] apenas a pluralidade de perspectivas de enunciação pode configurar o jornalismo como um campo plural e representativo da diversidade social”. (BENETTI, 2008, p. 120)

A AD não considera a linguagem transparente, ou seja, não crê na imanência do sentido. Ela não procura identificar qual o sentido do texto, mas se pergunta como determinado texto significa. Ela produz um conhecimento baseando-se no próprio texto, pois o vê possuindo uma materialidade simbólica, uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade. (ORLANDI, 2009)

Para a AD, toda linguagem é dialógica, podendo ser pensada em dois planos: a relação entre discursos e a relação entre sujeitos. A primeira relação diz respeito à interdiscursividade, termo associado ao fato de que um texto é sempre atravessado por outros textos. A segunda diz respeito à intersubjetividade, isto é, ao fato de que o discurso não existe por si mesmo; ele só existe em um espaço entre sujeitos (BENETTI, 2007). O discurso depende dos sujeitos para existir, o que significa que seu sentido é opaco e pleno de possibilidades de interpretação.

Na produção do discurso, um dos elementos fundamentais é a memória como interdiscurso, representando aquilo que é dito em outro momento, em outro lugar, por outras vozes, e que determina o sentido do discurso atual de formas muitas vezes inconsciente. Assim, o sentido não existe de forma individual, mas é determinado por posições ideológicas, o que faz com que as palavras mudem de sentido de acordo com a posição do sujeito que as emprega.

Para Orlandi (2009), a noção de formação discursiva é básica na análise de discurso, pois permite compreender o processo de produção de sentidos, sua relação com a ideologia, além de possibilitar o estabelecimento de regularidades no funcionamento do discurso. A formação discursiva se define como aquilo que em uma formação ideológica dada determina o que pode e deve ser dito.

Baseando-se nessa definição, é possível compreender que as palavras não têm sentido nelas mesmas, pois derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. Orlandi (2009) explica que as formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações, já que todo discurso se delinea na relação com dizeres presentes e dizeres que se instalam na memória.

Dessa forma, os sentidos não estão predeterminados por propriedades da língua, mas dependem de relações constituídas pelas formações discursivas. Orlandi (2009) ressalta que as formações discursivas não são configuradas como blocos homogêneos, funcionando automaticamente. Elas são marcadas pela heterogeneidade e pela contradição, com fronteiras fluidas e instáveis.

Segundo Benetti e Jacks (2001), uma formação discursiva é definida como aquilo que pode e deve ser dito, em oposição ao que não pode e não deve ser dito. O indivíduo cindido em vários sujeitos só pode falar porque se desloca e se descentra. Assim, o sujeito sempre fala de algum lugar e esse lugar pode ser diferente daquele que ocupou há um minuto.

Para definir uma formação discursiva, o analista precisa trabalhar com regras de formação do discurso, ou seja, as condições a que estão submetidos os elementos de uma repartição (FOUCAULT, 1995). Segundo Foucault, (1995), uma formação discursiva é definida por certo número de enunciados que apresentam semelhante sistema de dispersão e a que corresponde uma regularidade entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas. Tais regras definem como um mesmo sentido é construído ao longo de enunciados distintos.

Benetti (2007) salienta que a análise inicia-se sempre no próprio texto, no movimento de identificação das formações discursivas (FDs). “Uma FD é uma região de sentidos, circunscrita por um limite interpretativo que exclui o que invalidaria aquele sentido” (BENETTI, 2007, p. 112). A interpretação deve limitar-se à reunião, em torno de uma FD, de diversos pequenos significados que consolidam um sentido nuclear. Benetti (2007) ressalta que existem tantas formações discursivas quanto sentidos nucleares em um texto.

Benetti (2007, p. 111) explica que “o texto é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário”. A intenção do método é justamente tornar visível a reunião, raramente aparente, das forças que compõem o texto. Assim, existem, no texto, duas camadas: uma mais visível (camada discursiva) e outra que só se torna evidente quando aplicado o método (camada ideológica).

Segundo Orlandi (2009), o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles nos quais há sempre algo que se mantém em todo dizer, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa, assim, o retorno aos mesmos espaços do dizer. Relaciona-se com a ideia de estabilização. Na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação, relacionando-se intrinsecamente com o equívoco. Essas formas trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo discurso se faz nessa tensão entre o mesmo e o diferente.

Conclusão

Neste artigo, o objetivo foi reconhecer os pontos de aproximação possíveis entre os conceitos de estruturas de sentimento e formações discursivas à luz das perspectivas dos Estudos Culturais e da Análise de Discurso (AD).

Para tanto, o percurso teórico abordou os Estudos Culturais como campo de análise das articulações entre cultura, sociedade e meios de comunicação. Como forma de relacionar as experiências do indivíduo e as estruturas sociais, buscou-se caracterizar as estruturas de sentimento, termo cunhado por Raymond Williams, um dos fundadores dos Estudos Culturais.

Em seguida, apresentou-se o conceito de formação discursiva, básico para o campo da AD, a fim de evidenciar as relações do discurso com a ideologia e a influência do contexto sobre os dizeres do sujeito.

Constatou-se, dessa forma, a necessidade de aprofundamento dos conceitos dos Estudos Culturais e da AD como forma de construir um percurso metodológico que dê conta da compreensão do discurso como prática social, determinada pelo contexto e imbricada nas relações culturais dos sujeitos.

Structures of feeling and discursive formations: possible approaches

Abstract

This article proposes to recognize the approach points between the concepts of structures of feeling and discursive formations in light of the prospects of Cultural Studies and Discourse Analysis. As a result, there is a need to deepen the concepts of Cultural Studies and Discourse Analysis to understand how meaning is produced discursively through language based on the subjects' cultural repertoire.

Keywords: *Theories of communication. Structures of feeling. Discursive formations.*

Referências

- BENETTI, Marcia. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: _____; LAGO, Cláudia (Org.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BENETTI, Marcia. *O jornalismo como gênero discursivo*. *Galáxia*, São Paulo, n. 15, 2008.
- BENETTI, Marcia; JACKS, Nilda. O discurso jornalístico. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 10, 2001. *Anais GT de Jornalismo*. Brasília: Compós, 2001. CD-ROM.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 135-166.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Uma introdução aos estudos culturais. *Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia*, Porto Alegre, n. 9, p. 87-97, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- HOGGART, Richard. *The uses of literacy*. Londres: Penguin Books, 1957.
- MORAES, Ana Luíza Coiro. Epistemologia dos estudos culturais: da dialética ao materialismo cultural. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 20. Porto Alegre, jun. 2011. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1146.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2013.
- ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker, 2002.

SCHULMAN, Norma. O Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham: uma história intelectual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *O que é, afinal, estudos culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 167-224.

THOMPSON E. P. *The making of the english working-class*. Londres: Penguin Books, 1963.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, Raymond. *Culture and society*. Londres: Chatto and Windus, 1958.

WILLIAMS, Raymond. *La larga revolución*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Enviado em 24 de setembro de 2015.

Aceito em 20 de novembro de 2015.

